

MPF determina que Ibama direcione R\$ 3 mi para áreas protegidas

Categories : [Salada Verde](#)

O Ibama deverá destinar R\$ 3 milhões de recursos de [compensação ambiental](#) para as Unidades de Conservação (UC) federais, estaduais ou municipais localizadas na Região da Baía do Iguape (BA). A decisão veio do Ministério Público Federal (MPF) em Feira de Santana. O valor é proveniente de compensação ambiental relativo ao empreendimento Enseada Indústria Naval (Estaleiro Enseada do Paraguaçu).

A [recomendação de Nº 20/2016](#) do MPF deverá beneficiar a Reserva Extrativista (Resex) Baía do Iguape (BA), unidade de conservação localizada na área mais preservada da Baía de Todos os Santos – estuário do rio Paraguaçu. Em novembro de 2016, o procurador da República Marcos André Carneiro Silva emitiu recomendação de que o estaleiro pagasse o total de R\$ 10.632.622,30. Entretanto, nenhum valor tinha sido repassado à Resex de Iguape. A compensação ambiental tem como objetivo ser destinada a regiões diretamente impactadas por empreendimentos nocivos, como é o caso da Baía do Iguape, que abrigava a área de instalação original do estaleiro.

O restante do valor da compensação ambiental será dividido da seguinte forma: Parque Nacional da Serra das Lontras ficará com R\$ 2 milhões, o Parque Nacional do Alto Cariri, R\$ 1.140.040,34, Parque Nacional do Pau Brasil, R\$ 1 milhão, Parque Nacional do Descobrimento, R\$ 1 milhão e UCs Estaduais da Bahia, R\$ 2 milhões.

A Resex Baía do Iguape foi criada em 11 de agosto de 2000, por Decreto Presidencial, com o objetivo de conservar o ecossistema estuarino de grande valor ecológico e também cultural e econômico da população.

*Com Informações da Assessoria de Comunicação do MPF.

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28899-o-que-e-a-compensacao-ambiental/>

<http://www.oeco.org.br/colunas/paulo-bessa/22946-compensacao-ambiental-recurso-publico-ou-privado/>

<http://www.oeco.org.br/noticias/22526-na-surdina-congresso-reduz-ucs/>